Revista eletrônica HISTÓRIA EM REFLEXÃO

PPGH - Programa de Pós-Graduação em História
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados

ISSN: 1981-2434
Dourados - MS - Brasil

ECOS POLÍTICOS NA HISTORIOGRAFIA:
O Debate de Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen acerca da Alsácia-Lorena e as tendências interpretativas da Guerra Franco-Prussiana

POLITICAL ECHOES IN HISTORIOGRAPHY:
The debate between Fustel de Coulanges and Theodor Mommsen about Alsace-Lorene and the interpretative trends of the Franco-Prussian War

LUCAS ARANTES LORGA[1]

RESUMO

O presente texto pretende analisar a discussão entre dois historiadores consagrados da cena europeia oitocentista, Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen, acerca da verdadeira nacionalidade do território da Alsácia-Lorena: francesa ou alemã. A partir de excertos traduzidos de tal debate, pretende-se, em um primeiro momento, historicizar a documentação, expondo o contexto político de produção, ou seja, a Guerra Franco-Prussiana, e seu contexto editorial, resgatando as disputas entre alguns dos principais jornais europeus da época: o *La Perseveranza*, o *Il Secolo* e a *Revue des Deux Mondes*. Em seguida, é construído um argumento em favor da tese de que as grandes linhas interpretativas acerca da Guerra Franco-Prussiana encontradas durante o século XX e começo do XXI foram, de certo modo, já elaboradas sincronicamente ao conflito. Com isso, busca-se mostrar as imbricações epistemológicas entre nacionalismo e historiografia.

Palavras Chaves: Fustel de Coulanges; Theodor Mommsen; Alsácia Lorena; Guerra Franco-Prussiana

ABSTRACT

The present text intends to analyze the discussion between two renowned historians of the 19th century European scene, Fustel de Coulanges and Theodor Mommsen, about the true nationality of the territory of Alsace-Lorraine: French or German. From translated excerpts of this debate, it is intended, at first, to historicize the

[1] Discente do curso de História na Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Este trabalho é oriundo da pesquisa de iniciação científica orientada pelo Prof. Dr. Glaydson José da Silva e faz parte do grupo CNPQ "Antiguidade e Modernidade: História Antiga e Usos do Passado". O presente texto foi realizado sob o processo de número 2019/26912-2 e as opiniões, hipóteses e conclusões ou recomendações expressas neste material são de responsabilidade do(s) autor(es) e não necessariamente refletem a visão da FAPESP. *E-mail:* lucaslorga1@gmail.com

documentation, exposing the political context of production, that is, the Franco-Prussian War, and its editorial context, rescuing the disputes between some of the main European newspapers of the time: *La Perseveranza*, *Il Secolo* and the *Revue des Deux Mondes*. Then, an argument is made in favor of the thesis that the main lines of interpretation about the Franco-Prussian War found during the 20th century and the beginning of the 21st were, in a way, already elaborated synchronously to the conflict. With this, we seek to show the epistemological imbrications between nationalism and historiography.

Keywords: Fustel de Coulanges; Theodor Mommsen; Alsace Lorraine; Franco-Prussian War

INTRODUÇÃO

É relativamente fácil encontrar, na historiografia contemporânea, alguns temas envoltos em certa bruma de mistérios. Autores franceses - como Michel Foucault (2008) e Michel de Certeau (1982) - ou alemães - como Reinhart Koselleck (1992;1993) e Hans-Georg Gadamer (1997) - mostram-nos, de maneira provocadora e instigante, que o trabalho do historiador não pode ser desconectado de sua carga subjetiva, intertextual e ideológica do sujeito histórico que escreve.

Surgem, desse modo, alguns períodos categorizados como *Légendes Noires* (Lendas Escuras). O Regime de Vichy (1940-1944) é um bom exemplo, sendo até hoje uma etapa política francesa com diversas lacunas e dúvidas. Com um esforço notável de historiadores tidos como periféricos (SILVA, 2006; ROLLEMBERG, 2011), por exemplo, esse período, felizmente, está sendo aos poucos sendo resgatado do oblívio acadêmico.

Nesse sentido, a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871), que é o cenário histórico no qual o presente artigo foca-se, pode ser considerada como uma *Légende Noire* (LEMIEUX, 2009). Grande parte das publicações feitas sobre o período foram escritas até a década de 1970, comemorando o centenário do conflito e focando-se principalmente nos grandes personagens, como Guilherme I, Bismarck ou o infame Napoleão III. Além disso, a maioria do que está escrito foi redigido por historiadores alemães em sua língua pátria, dificultando o acesso para o público geral ou acadêmico

(LEMIEUX, 2009). Podemos, também, verificar a falta de textos traduzidos para o português não só do alemão, mas do inglês e francês.

O foco das análises historiográficas sobre o período mostrou-se, também, uma grande questão, como ficará claro ao longo do artigo. Diversos pesquisadores que se debruçam sobre o conflito procuram fazer uma "pré-história" da guerra, buscando suas origens, motivações e, principalmente, um culpado (LEMIEUX, 2009). A acusação por parte de historiadores franceses contra os alemães, e vice-versa, de que o país vizinho começou a guerra marcou intensamente os debates acadêmicos acerca do tema (HALPERIN, 1973).

Porém, para deixar claro, a Guerra Franco-Prussiana não foi esquecida pela academia. O conflito foi, de fato, um dos momentos mais estudados pela historiografia contemporânea (LEMIEUX, 2009). Mesmo assim, devemos lembrar que parte dos documentos oficiais diplomáticos alemães só foram liberados após a Segunda Guerra e catalogados após a década de 1950, tornando, para alguns, obsoleto grande parte do que se escreveu até então (HALPERIN, 2015). Além disso, a patrimonialização e o ufanismo exagerado trouxeram alguns casos quase cômicos, como, por exemplo, monumentos históricos a soldados franceses mortos na guerra que nem mesmo existiram (KANTER, 1986).

O presente artigo, portanto, tentará afastar-se ao máximo de tais pretensões. Não se procura, então, descobrir factualmente quem começou a guerra, nem julgar as ações de Napoleão III e seu malfadado Segundo Império, ou do belicismo imperialista de Bismarck.

Ao contrário, focaremos em dois fatores: 1) resgatar e introduzir para o público acadêmico brasileiro as principais inovações historiográficas acerca da Guerra Franco-Prussiana, problematizando alguns pontos que tornaram-se clichês na historiografia do conflito; 2) e analisar um debate pontual entre dois importantes historiadores, Fustel de Coulanges e Theodor Mommsen, em jornais de renome na Europa, mostrando que a tendência historiográfica para analisar a guerra já se formava sincronicamente ao seu andamento. Nesta segunda parte, procuraremos expor as principais impressões dos historiadores acerca da guerra, assim como colocar algumas passagens traduzidas dessa contenda, escrita originalmente em francês e italiano, respectivamente.

A partir de metodologias próprias da historiografia de jornais, procurar-se-á, neste artigo, seguir as advertências e conselhos da historiadora Maria Helena Capelato (1988, pág. 21). Segundo a autora:

> O jornal não é um transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos e tampouco uma fonte desprezível porque permeada pela subjetividade (...). A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.

Sendo assim, as cartas de Coulanges e Mommsen não serão utilizadas como espelhos da realidade da guerra, com o intuito de provar alguma das correntes historiográficas posteriores. Ao contrário, pretendemos mostrar a imbricação epistemológica entre nacionalismo e historiografia desde a gênese do conflito.

O trajeto e a metodologia do presente capítulo segue, assim, uma estrutura ligada à hermenêutica. Seguindo o exemplo de diversos intelectuais de renome, como Robert Darnton (1986), entendemos a dialética expositiva da hermenêutica em um movimento circular como um meio satisfatório de análise e estruturação de um texto. Passando do particular para o geral e retornando ao primeiro, pretende-se cobrir as principais impressões dos sujeitos históricos mencionados acerca da Guerra Franco-Prussiana a partir de suas publicações em jornais.

Portanto, em um primeiro momento do texto, será exposta a etapa pragmática, no sentido dado por Johann Gustav Droysen (DROYSEN, 2009), envolvendo o contexto editorial e midiático que deu suporte às fontes primárias. Depois, passaremos para a interpretação das condições, indo para o contexto histórico. Por último, apresentaremos as maiores questões da historiografia do conflito e como as argumentações políticas de Coulanges e Mommsen ecoam na academia até a atualidade.

1. CORPUS DOCUMENTAL E SEU CONTEXTO DE PRODUÇÃO

A discussão de Mommsen e Coulanges, em um nível mais imediato, tratou de um assunto bem específico. Basicamente, os autores tentaram cooptar o auxílio diplomático e militar da Itália durante a Guerra Franco-Prussiana. Exatamente por

isso, faz-se necessário entender o contexto editorial das revistas que acolheram seus textos, tendo em vista que parte da discussão foi publicada em jornais italianos.

A disputa entre os historiadores foi iniciada por Theodor Mommsen, escrevendo uma carta em 23 de julho de 1870 e publicando-a em 10 de agosto do mesmo ano, no jornal milanês *La Perseveranza*. O periódico possuía um caráter conservador moderado, apoiando a monarquia e as políticas de Cavour, por quem Mommsen nutriu grande estima e admiração. Ao contrário de outros jornais, como o ambíguo *Il Secolo*, o *La Perseveranza* preocupou-se em realizar debates mais comedidos e menos inflamatórios da opinião pública. Fundada em 1859 e regida pelo espírito de unificação, sua pretensão maior foi reunir a antiga elite italiana com a nascente burguesia (MORONI, 2005).

Sua carta, porém, não saiu como Mommsen gostaria. Em 20 de agosto do mesmo ano, o historiador alemão resolveu endereçar um novo texto, mas desta vez ao jornal milanês *Il Secolo*, rival editorial do *La Perseveranza*. O periódico preocupava-se em atingir as camadas mais populares, sendo um dos primeiros a utilizar imagens e desenhos na primeira página, devido à grande taxa de analfabetismo em seu público alvo (MORONI, 2005). Chegou até a ser referido, em alguns momentos, como "*The Worker Gospel*" (A Bíblia do Trabalhador) (SUTCLIFFE, pág 182, 2014)

Não só isso, como seu posicionamento editorial estava ligado fortemente à democracia (COOPER, 1991). O jornal *Il Secolo*, por exemplo, foi um dos primeiros a comemorar a posse do primeiro-ministro Francesco Crispi (SUTCLIFFE, 2014), que tinha, inicialmente, um discurso alinhado ao republicanismo revolucionário. Quando Crispi assumiu o poder, as relações ítalo-germânicas melhoraram bastante, tendo em vista que o ministro tinha mais simpatia pela Alemanha e por Bismarck do que pela França e Napoleão III (DUGGAN, 2008). Isso pode explicar, de certa forma, o porquê de Mommsen ter feito uma segunda carta e endereçado para um jornal com o editorial tão diferente do primeiro.

Porém, a questão do porquê Mommsen trocou o jornal conservador moderado das elites pelo republicano revolucionário das classes baixas foi exposto por ele mesmo em sua segunda carta. Segundo o historiador alemão, o *La Perseveranza* retirou parte de sua carta original, assim como publicou-a juntamente com uma

resposta às suas alegações. Segundo Mommsen, em sua segunda publicação no *Il Secolo* :

> La *Perseveranza* quis acolher algumas de minhas palavras em suas colunas acerca da situação política atual, e especialmente a relação entre a Itália e a Alemanha. Se este jornal considerou adequado fazer suas próprias reservas, e remover aquelas passagens que não pareciam compatíveis com seu profundo respeito por Tulherias[2], isto não é tanto culpa do honorável editor, de quem reconheço a benevolência e boa fé, tanto quanto do autor, que não soube distinguir o *La Perseveranza* que foi para o *La Perseveranza* que é (MOMMSEN, 1870, pág. 7, tradução nossa).

Sendo assim, Mommsen deve ter escolhido o jornal *Il Secolo*, entre alguns motivos aqui já expostos, como meio de protestar contra a censura sofrida no *La Perseveranza*.

Uma questão, entretanto, apareceu no decorrer do trabalho. Devido a dificuldade de acesso aos documentos originais, a ordem das cartas não fica absolutamente clara. Não foi possível descobrir se Mommsen, ao enviar sua segunda carta ao jornal *Il Secolo*, adicionou também a parte cortada pelo *La Perseveranza*. Isso porque a segunda parte do texto no jornal *Il Secolo*, denominada "*La Pace*" (A Paz), não se identificou nem como reprodução do que foi cortado, nem como uma nova produção de Mommsen. Felizmente, esse fato não afeta gravemente a proposta do artigo, pois o historiador alemão deixou bem claro em todos os seus textos seu posicionamento acerca da Guerra.

Fustel de Coulanges, vendo as cartas de Mommsen, resolveu retrucar com um texto bem conhecido. "A Alsácia-Lorena é alemã ou francesa? Resposta ao Senhor Mommsen, professor em Berlim", como Coulanges intitulou, foi escrita em 27 de outubro de 1870. Entretanto, novamente, possuímos em nossas mãos outra questão acerca da localização editorial da documentação.

Parte das fontes consultadas para acessar o documento de Coulanges fornecem-nos um dado curioso. Alguns institutos de divulgação *online* de documentações, como o instituto SPIN (*Study Platform on Interlocking Nationalisms*) ligado à Universidade de Amsterdã; a *Digithèque de matériaux juridiques et politiques*

[2] Mommsen refere-se ao palácio de Tulherias, residência particular de Napoleão III. Provavelmente, o historiador alemão está inferindo uma simpatia do jornal *La Perseveranza* ao Segundo Império Francês.

ligada à Universidade de Perpignan; e *La Bibliotheque Electronique De Lisieux* ligada *à Médiathèque communautaire André Malraux*, por exemplo, afirmam que tal carta foi publicada na famosa e influente revista parisiense *Revue des Deux Mondes*.

Porém, não foi possível encontrar, nem a partir da plataforma *Gallica*, nem pelo próprio acervo online fornecido pela *Revue Des Deux Mondes*, o referido texto de Coulanges. Os textos acadêmicos que referenciam a carta de Coulanges (HARTOG, 2003; JURT, 2017) não tem como fonte primária a suposta carta na *Revue*, mas sua reedição na obra *Questions contemporaines* de 1919, no caso de Joseph Jurt, e a edição da editora parisiense Dentu de 1870, no caso de François Hartog. Nesse sentido, Joseph Jurt (2011, pág. 9, tradução nossa) afirma, de passagem e sem entrar em muitos detalhes, que "[Coulanges] respondeu em carta aberta, datada de 27 de outubro de 1870, ao Sr. Mommsen, com seu texto "A Alsácia é alemã ou francesa?", publicado como panfleto e não inserido na *Revue des Deux Mondes*, como às vezes se afirma". Mesmo assim, existem alguns motivos para que Coulanges possa, realmente, ter publicado no referido periódico.

A *Revue des Deux Mondes* foi fundada em 1829 e tinha uma conotação política levemente similar à da *La Perseveranza*. O jornal, até uma sutil alteração editorial após a década de 70, com a instauração da Terceira República Francesa, pôde ser solidamente considerado como uma revista conservadora. Apoiando muitos movimentos monárquicos, incluindo um interesse curioso por D. Pedro II e o seu Império no Brasil[3], a *Revue des Deux Mondes* tornou-se uma das revistas conservadoras mais prestigiadas da Europa e do mundo (CAMARGO, 2015).

Uma suposta escolha de Coulanges da *Revue des Deux Mondes* como suporte para sua carta pode não ter sido ao acaso. A revista, desde sua fundação, tratou com especial atenção os assuntos italianos, colocando até mesmo grandes nomes da intelectualidade francesa, como Hypolite de Taine, historiador colega e contemporâneo a Coulanges, para escrever sobre suas viagens ao país recém unificado (FUNARO, 1969).

[3] Dos 510 artigos publicados na revista sobre o Novo Mundo, cerca de 30 foram sobre o Brasil. Ver CAMARGO, K. A. F. DE. Indícios de leitura e leitores da Revue e do Annuaire des Deux Mondes no Brasil na segunda metade do século XIX. Revista Graphos, v. 17, n. 1, p. 31-48, 25 jul. 2015.

O tom de admiração ao espírito de unificação era, entretanto, moderado. O escritor Marc Monnier, por exemplo, sempre deixou clara sua admiração pela unificação italiana e das habilidades políticas de Cavour. Porém, ao mesmo tempo condenou um espírito belicista e expansionista italiano, temendo que eles seguissem o exemplo do outro país vizinho também recém unificado: a Alemanha (FUNARO, 1969). Esse posicionamento dúbio da revista sobre a Itália combinou de sobremaneira com os intentos de Coulanges.

Além desses fatores, Coulanges pode ter publicado na *Revue des Deux Mondes*, pois ela foi o veículo preferido de um movimento quase catártico de diversos intelectuais franceses de peso. Assim como Coulanges, diversos outros filósofos, historiadores e pensadores, como Ernest Renan, François Buloz, que também foi diretor do periódico, Ernest Lavisse, E.M Caro, Emile Montégut, etc. focaram suas atenções e forças (no sentido mais reativo da palavra) em redigir textos que avaliassem a causa da derrota francesa na guerra. A figura de Mommsen, em especial, foi o grande foco dessa reação inflamada por parte da intelectualidade francesa (HARTOG, 2003).

Tendo em vista tais atrativos da revista a Coulanges, é possível dizer, no mínimo, que é verossímil que a carta tenha sido publicada em algum momento na *Revue de Deux Mondes*. Aliado a isso, não tivemos acesso físico ao acervo documental do periódico. Por tais fatores, não descartamos totalmente a veracidade das informações dadas pelas bibliotecas virtuais referenciadas. Porém, se a documentação disponível de maneira *online*, tanto na plataforma *Gallica* quanto no acervo disponibilizado pela revista, estiver em sua integralidade - como parece-nos que está -, a possibilidade da publicação de Coulanges na *Revue des Deux Mondes* deverá ser descartada. Mesmo assim, ressaltamos que, ainda que com as diferentes origens, a documentação textual continua igual em todos os veículos consultados, o que possibilita uma análise de seu discurso sem grandes percalços.

Desta forma, Coulanges tinha entendido as cartas de Mommsen como uma afronta direta à sua nação. Segundo ele:

> O senhor mandou recentemente três cartas ao povo italiano. Essas cartas, que apareceram primeiro nos jornais de Milão e que foram, então, combinados em panfletos, são um real manifesto contra nossa nação. Você deixou seus estudos

> históricos para atacar a França; eu farei o mesmo para te responder (COULANGES, 1870, pág. 1, tradução nossa).

Interessante notar que a correspondência aberta de Coulanges e Mommsen não foi única e inusitada. Quase ao mesmo tempo, com a primeira carta aberta sendo publicada no final de julho de 1870, dois intelectuais de igual peso a Coulanges e Mommsen debateram por jornais, com argumentos muitos semelhantes. O historiador francês Ernest Renan também apelou para o nacionalismo típico da revolução francesa, de caráter liberal e rousseauniano (HOFFMAN, 1993), assim como Coulanges (RENAN, 2006). Do outro lado, o teólogo protestante David Friedrich Strauss (1804-1874) recorreu a argumentos étnicos e linguísticos, assim como Mommsen, alegando que o território da Alsácia-Lorena pertencia ao mundo germânico. Os dois sentiram-se próximos, mantendo certa cortesia que Coulanges não dispôs a Mommsen, pois tinham se digladiado igualmente com as autoridades eclesiásticas de seus respectivos países por terem produzido pesquisas acerca da figura de Jesus (JURT, 2015).

Após passar pela etapa pragmática, envolvendo o contexto editorial e midiático que deu suporte aos documentos, seguimos com o desenvolvimento do texto. A próxima parte consiste basicamente em interpretar as condições políticas que geraram as fontes, a saber, a Guerra Franco Prussiana, assim como introduzir o debate historiográfico acerca do conflito.

2. INÍCIO E FIM DA GUERRA FRANCO PRUSSIANA

Antes de chegar ao conflito entre o povo francês e o alemão, é necessário trazer à baila outra nação: o Reino da Espanha. Parece um pouco estranho estudar a Guerra Franco Prussiana a partir de outros países que não a França e a Prússia, mas asseguro-lhes que não o é. Parece impossível entender o dito conflito sem transitarmos pelas interseções entre políticas locais e continentais, tendo em vista que as animosidades entre os países começou com a disputa pelo trono espanhol (JURT, 2015).

A Espanha passava pelo período chamado de Sexênio Revolucionário, que começou em 1868 e terminou somente em 1874. A política interna espanhola tentava, principalmente na figura do político hegeliano Emílio Castelar, implantar o

republicanismo e livrar-se dos costumes retrógrados do Antigo Regime. Porém, parte dos políticos espanhóis ainda via a ideia de uma República como sinônimo de anarquismo, caos social e desordem, devido às experiências fracassadas das duas primeiras Repúblicas Francesas (GARCÍA, 1998).

A solução encontrada foi a criação de uma monarquia constitucional, à revelia de Castelar e dos republicanos. A grande questão foi que ninguém, até então, tinha aceitado o Trono da Espanha. Nomes como Fernando de Portugal e o duque de Aosta acharam melhor não assumir o trono no momento (GARCÍA, 1998). Não só isso, como a própria França, utilizando-se de sua influência diplomática, vetou diversos nomes (LEMIEUX, 2009) e chegou até a indicar o Príncipe das Astúrias para o trono (MARCEL, 1969). Essa interferência levou a uma aproximação entre a Prússia e a Espanha, que estava cansada da interferência francesa em sua política interna. Abriu-se, então, no inverno de 1869, a possibilidade de indicar o príncipe alemão Leopoldo de Hohenzollern-Sigmaringen.

Leopoldo tinha diversas qualidades interessantes para a Espanha e para a Prússia, dando quase certo sua nomeação. Ele era relativamente jovem, com 3 herdeiros homens já nascidos e foi casado com Antônia de Portugal, o que lhe concedeu uma possível herança do trono Português e, talvez, uma nova união da Península (HALL, 2016). Se não aceitassem a indicação de Leopoldo, era possível que a Espanha oferecesse o trono para um membro da família Wittelsbach, da Baviera, o que colocaria em risco o poder geopolítico da Prússia no mundo germânico (LEMIEUX, 2009). Além disso, a indicação de um Hohenzollern agradou o ramo católico do Sul da Alemanha (KITCHEN, 2013).

O governo francês sabia que se o Príncipe Leopoldo subisse ao trono espanhol, a Prússia teria um aliado ao sul da França. Isso a obrigaria a separar defensivamente suas tropas para proteger as bordas ao norte, temendo uma invasão prussiana, e ao sul, temendo a invasão espanhola (HALL, 2016). Além disso, o monarca francês, aproveitando a oportunidade, usou a indicação como uma forma de denunciar a política selvagem e expansionista prussiana, que diferia do suposto genuíno nacionalismo da Itália e da Polônia, para angariar aliados internacionais (KITCHEN, 2013).

Mesmo com diversas vantagens para a Prússia, a indicação do príncipe Leopoldo teve diversos contratempos dentro da própria família real prussiana. Em um primeiro momento, nem o próprio príncipe, nem seu pai - Guilherme I, líder da família Hohenzollern e Rei da Prússia - aceitaram o convite da corte espanhola, devido à instabilidade política da Espanha (WAWRO, 2005). Mesmo que mais tarde Bismarck tenha tentado convencer o Rei Guilherme I do contrário - o que muitos entenderam como indício de que o primeiro-ministro estaria envolvido na indicação ao trono desde o começo - sabe-se que Bismarck, nesse momento, permaneceu passivo sobre o assunto. O primeiro-ministro prussiano só se pronunciou em fevereiro de 1870 (LEMIEUX, 2009).

Até então, tudo estava em um estranho sossego e um estado de "paz idílica" dominava as relações entre França e Prússia durante os meses de março e abril de 1870 (LEMIEUX, pág. 46, 2009, tradução nossa). Porém, em 21 de junho do mesmo ano, as negociações foram concluídas para a ascensão de Leopoldo ao trono espanhol (HALL, 2016), mesmo que ainda em segredo (WAWRO, 2003). Aliado a isso, após uma troca confusa de ministros do exterior pelo chefe do governo francês, o liberal Émile Ollivier, entrou em cena uma das personagens centrais do conflito e da historiografia acerca do período: o Duque de Grammont. Mais especificamente em maio de 1870 é que Antoine-Alfred Agenor, duque de Gramont (1819-1880), é apresentado a Napoleão III, que confirmou sua posição para o Ministério das Relações Exteriores (LEMIEUX, 2009).

O protagonismo de Gramont deveu-se justamente pelo fato de que o ministro teria dado passos mais longos do que suas pernas podiam sustentar contra Bismarck. Em 6 de julho de 1870, por um engano entre as correspondências de embaixadores, o governo francês descobriu as maquinações em segredo para a sucessão de Leopoldo. Exigiu-se, então, a retirada imediata da candidatura do príncipe, e sua exigência foi inesperadamente aceita em 12 de julho do mesmo ano (MURET, 1909).

Esse fato foi tido como uma vitória diplomática inconteste, por diversos intelectuais e políticos da época, independente da nacionalidade. O embaixador inglês Lord Lyon, por exemplo, descreveu o evento como um "triomphe diplomatique" (triunfo diplomático) (LYON *apud* MURET, 1909, p. 306, tradução nossa). O político alemão Friedrich Beust, por sua vez, enviou a Metternich um telegrama exortando o governo

francês pelo "*succès diplomatique incontestablement obtenu"* (sucesso diplomático incontestável obtido) (BEUST *apud* MURET, 1909, pág 306, tradução nossa). Internacionalmente, a França teria ganho a disputa pelo trono espanhol nesse momento.

O governo francês - na figura ora de Napoleão, ora de Grammont, ora de Émile Ollivier e ora, até mesmo, da Imperatriz Eugénia[4], na interpretação futura dos historiadores - decidiu ir além. Os franceses resolveram pedir para que o diplomata Vicente Benedetti voltasse para Ems, onde o príncipe Guilherme I estava, com o objetivo de exigir a confirmação tácita da retirada da candidatura do príncipe Leopoldo e algumas garantias de que nenhum membro da linhagem Hohenzollern tentaria apossar-se do trono espanhol novamente (MURET, 1909).

O Rei Guilherme I, porém, decidiu negar mais uma reunião com Benedetti. Aparentemente, o monarca estava indignado com as novas demandas francesas e cansado das visitas de Benedetti, que já havia frequentado regularmente sua residência em Ems em missões nos meses anteriores. Sem saber, Guilherme I criou a oportunidade para o surgimento de um dos documentos mais citados e polêmicos na historiografia sobre a Guerra Franco-Prussiana: o infame Despacho de Ems[5].

Guilherme I, ao negar o encontro com o diplomata francês, pediu para enviar um telegrama aparentemente ordinário ao governo central prussiano, avisando sobre seu contratempo. Bismarck, junto com os militares Albrecht Von Roon e o gênio estrategista Helmut Von Moltke, resolveu editar o telegrama do rei prussiano, fazendo com que a reação de Guilherme I parecesse muito mais hostil a Benedette. Logo depois, o documento, que deveria ser de caráter ordinário e com a devida discrição, foi vazado, causando uma reação agressiva por parte da opinião pública francesa (WAWRO, 2005).

Mommsen, inclusive, refere-se ao documento ao dizer que a Prússia, por ter ganho a guerra sozinha, não aceitaria ameaças disfarçadas de conselhos de outros

[4] Adolphe Thiers, um dos grandes líderes da Terceira República que sucedeu Napoleão III, chegou a declarar que a Imperatriz Eugênia, junto com Grammont e Ollivier, eram os grandes mentores da declaração de guerra de 1870, temendo que a "França estava perdendo seu lugar entre as nações, e deveria reavê-lo, ou morrer" (tradução nossa). Ver em WAWRO, Geoffrey. The Franco–Prussian War: The German Conquest of France in 1870–1871 (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), pág 35.

[5] Há uma tradução do despacho para o português, feita pelo Prof. Luiz Arnaut da UFMG para a sua disciplina de história contemporânea.

países sobre as resoluções do fim do conflito. Em suas palavras: "conselhos amigáveis, vindos de amigos que não são *de la veille*[6], serão pesados; o que não é um conselho, mas uma ameaça, terá de pronto a mesma resposta de Ems" (MOMMSEN, 1870, pág. 12, tradução nossa).

O Chefe de Estado francês Olivier, então, se apresentou à Assembleia Nacional no dia 14 de julho de 1870, com o objetivo de pedir 50 milhões de francos para a guerra contra a Prússia (WAWRO, 2003). É possível perceber, como será mostrado adiante, desde a discussão de 14 de julho para iniciar a guerra, um tema que ficou marcado em ferro e sangue tanto na sociedade francesa e alemã, como para a historiografia posterior.

Olivier, em um primeiro momento, conseguiu cooptar a opinião dos membros da assembleia, que gritaram por uma guerra patriótica. Porém, dezesseis deputados republicanos, liderados por Léon Gambetta, protestaram, chamando atenção para a falta de razões em uma declaração de um conflito daquelas proporções. Nas palavras de um dos dezesseis: "nós seríamos os primeiros a nos erguer por uma guerra em defesa de nossa terra natal. Nós não vamos nos levantar por uma guerra agressiva, dinástica!"[7] (WAWRO, 2003, pág. 57, tradução nossa). Esta frase sintetizou um tema sensível política e historiograficamente, que veremos melhor ao longo do próximo tópico: a guerra foi defensiva ou ofensiva por parte da França?

A guerra, então declarada pela França em 19 de julho de 1870, já começou com diversos contratempos para os atacantes. As justificativas dadas por Olivier e Grammont, como visto anteriormente, não foram aceitas em sua totalidade por grande parte do público civil, político e militar francês. Desde cedo, a guerra já foi impopular. Externamente, a maioria dos países potencialmente aliados à França, como Itália, Áustria e até mesmo a Rússia, não viram com bons olhos a declaração. Grammont, que contou cegamente com o apoio desses países, logo surpreendeu-se em uma querela diplomática que potencialmente mudou os rumos da guerra (WAWRO, 2003).

[6] De la veille pode ser entendido, aqui, como uma referência ao passado. A tradução mais exata seria "que não são de véspera", mas escolheu-se por manter a versão em francês, pois o próprio Mommsen, mesmo escrevendo em italiano, preferiu escrever especificamente esta palavra na língua francesa.

[7] Tradução do autor da frase: we would be the first to stand for a national war in defense of our homeland. We will not stand for an aggressive, dynastic war!

Como as cartas que serão analisadas não focam-se inteiramente no decorrer do conflito, mas debatem questões sobre seu início, citarei somente alguns pontos chaves da guerra. Em um primeiro momento, o confronto foi visto por todos como uma ofensiva francesa. Porém, de maneira inesperada, a Prússia conseguiu diversas vitórias militares importantes logo de cara, graças ao seu inovador método de combate (PITZ, 2016), e continuou a atacar a França já afugentada. Esse fato, como veremos mais à frente, garantiu certa antipatia diplomática e historiográfica pelos métodos alemães de batalha.

A *Auftragstaktik*, como ficou conhecida a técnica criada pelo já citado Helmut Von Moltke, foi um dos grandes motivos da Prússia ter vencido a guerra com tamanha veemência. Basicamente, a *Auftragstaktik* pregou uma maior autonomia das classes subalternas, que não necessariamente deveriam esperar ordens de seus superiores. Essa maior maleabilidade garantiu uma velocidade de resposta altíssima das tropas, que de maneira independente tomavam decisões mais precisas no calor da batalha (PITZ, 2016). Mommsen, inclusive, chegou a afirmar que seria mais fácil reconhecer indubitavelmente a grandeza de Moltke do que de Bismarck, dizendo: “Que Moltke é um grande capitão nós já sabíamos: se Bismarck é igual, julgarão nossos netos.” (MOMMSEN, 1870, pág. 11, tradução nossa)

Enquanto isso, a França, principalmente pela herança das reformas militares de 1932, criou um exército letárgico, amador e desacreditado pela sociedade. Dividindo o exército em três contingentes, Napoleão III somente treinou efetivamente um deles - sua “guarda pretoriana” como foi chamada -, que foi completamente derrotada em Metz e Sedan (KOVACS, 1946). Essa derrota repentina em 1 de setembro de 1870 decidiu a primeira fase da guerra, deixando a França virtualmente sem exércitos devidamente treinados e submetendo mais de 10.000 soldados, e até o próprio imperador, à catividade (SCIANNA, 2019).

Sem grandes chances para ganhar a guerra, a França pediu urgentemente ajuda dos italianos, que haviam tido auxílio militar de tropas francesas durante a guerra austro-italiana. Porém, parte do povo italiano ainda tinha receios em ajudar Napoleão III por dois grandes motivos. Primeiro, porque o monarca teria mandado tropas a Roma em 1848 para assegurar a continuação do governo espiritual e secular do Papa Pio IX, assegurando ao pontífice que não haveria uma unificação italiana a

partir da anexação por parte do governo Piemontês (WAWRO, 2003). Mommsen, inclusive, aponta esse último fato em sua carta, dizendo que:

> Se vocês querem estabelecer aquelas restrições que proíbem seus batalhões de tomar o caminho para Roma, então estabeleçam o atual governo da França; aquele santo homem de Napoleão nunca governará sem o apoio dos padres (MOMMSEN, 1870, pág. 5, tradução nossa).

Mommsen também criticou a "[...] engenhosa teoria de que a liberdade italiana consiste na continuação da meia servidão francesa" (MOMMSEN, 1870, pág. 7, tradução nossa), explicitando sua aversão às intervenções da França na Itália.

Segundo, como já foi dito anteriormente, foi nítido para a política internacional que a França havia iniciado a batalha despropositadamente. Somente após a batalha de Sedan, com a invasão de territórios como a Alsácia-Lorena, é que parte da opinião internacional virou a favor da França. Coulanges, inclusive, admitiu esse fato, declarando que:

> Nas suas primeiras duas cartas, que foram escritas ao fim do mês de julho, você fez um esforço de mostrar que a Prússia, acidentalmente atacada, estava apenas se defendendo. E é verdade que naquela época parecemos os agressores e que foi compreensível se enganar. Você não teria cometido o mesmo erro dois meses mais tarde e, principalmente, não teria repetido que "A Prússia nunca tinha feito e nunca faria nada além de guerras defensivas" (COULANGES, 1870, pág. 4, tradução nossa).

A França, em face desses percalços, não conseguiu lutar mais de 10 meses, chegando a guerra ao seu fim em 10 de maio de 1871, após um cerco penoso a Paris. Sem apoio internacional, que foi uma das garantias de Grammont para declarar a guerra (WAWRO, 2003); sem noções atualizadas do efetivo militar prussiano, que havia passado por diversas melhorias após a década de 1860 (HOWARD, 1990); e com técnicas de guerra ultrapassadas perto da inovadora mobilidade dos efetivos independentes prussianos (KOVACS, 1946), a França sofreu uma derrota que a assombrou até o século XX. Nas palavras de Mommsen "Da *blague*[8] ao desespero não é mais que um passo; e os desafortunados têm a triste habilidade de combinar uma com a outra." (MOMMSEN, 1870, pág. 9, tradução nossa)

[8] *Blague*, em francês, pode ser traduzido como piada, ou, na versão inglesa da carta, como bravata. Escolheu-se por manter a versão em francês, pois o próprio Mommsen, mesmo escrevendo em italiano, preferiu escrever especificamente esta palavra na língua francesa.

Sendo assim, mesmo com o apoio de tropas italianas, principalmente lideradas pelo maior republicano europeu da época, Garibaldi, a França foi obrigada a se render. Com o fim do Segundo Império, início da Terceira República, cerco a Paris, perda de territórios importantes como o da Alsácia-Lorena e, mais tarde, em 18 de março de 1871, uma tentativa de revolução socialista - que não entrará no presente texto, pois aconteceu após a feitura das fontes analisadas - a França viu-se humilhada por um de seus maiores rivais no cenário europeu. Esse fato, como veremos a seguir, marcou não só a política europeia, como a historiografia posterior sobre o conflito, que replicou argumentos extremamente similares aos dos comentaristas contemporâneos, como Coulanges e Mommsen.

3. ECOS POLÍTICOS NA HISTORIOGRAFIA

Como dito anteriormente, a historiografia acerca da Guerra Franco-Prussiana é marcada por diversos vieses políticos ao longo de sua história. De um lado, temos uma França arrasada, humilhada, à procura de desculpas e, principalmente, de um culpado. Do outro, podemos encontrar uma Alemanha que agora assume um papel de protagonismo no cenário europeu e que, mais tarde, terá toda sua história ressignificada pelos acontecimentos marcantes das duas guerras mundiais.

Nesse sentido, foi possível perceber, a partir dos debates historiográficos consultados, uma certa dicotomia permeando a discussão. Foi relativamente difícil encontrar um trabalho sólido que conseguisse julgar a guerra sem tentar encontrar um lado mais racional e outro mais emocional. Algumas vertentes, como dito anteriormente, colocam no povo alemão uma total ciência dos objetivos da guerra e os franceses como iscas emocionadas pelo clamor nacionalista, principalmente na figura do duque de Gramont. Outros percebem uma quase total apatia dos franceses, mas uma irracionalidade quase barbara dos alemães. Poucos foram os que conseguiram, debruçando-se nesse período, analisar a guerra de forma a admitir que emoção e razão poderiam coexistir em uma mesma nação, ora em seus governadores, ora em seu povo.[9]

[9] Tal dicotomia entre razão e emoção é semelhante à problemática do nacionalismo civil *versus* nacionalismo étnico. Desde obras como a de Hans Kohn, houve na academia um certo uso desses termos, porém com uma

A corrente mais admitida na historiografia tradicional, principalmente a francesa e a anglo-americana, seria a de Bismarck como o grande arquiteto da guerra. Alguns autores, como o já citado Todd. H. Hall (2016), William Halperin (1973), Josef Becker (2008), Geoffrey Wawro (2003)[10], Stephen Badsey (2003), Colin de Berri Webb (1966), e Pierre Renouvin (RENOUVIN apud. LEMIEUX, 2009), entendem todo o processo, desde a indicação do príncipe Leopoldo até a declaração de guerra, como uma maquinação de Bismarck em busca de sua *Reichsgründung* (Fundação do Reich). Essa posição, inclusive, pode ser encontrada em diversas passagens de Coulanges, dizendo que

> Assim, do mês de agosto, você indicou com perfeita perspicácia o verdadeiro ponto que estava em disputa entre a França e a Prússia. S. Bismarck ainda não havia se pronunciado. Ele ainda não tinha dito em voz alta que fazia a guerra para meter a mão na Alsácia e na Lorena (COULANGES, 1870, p. 4, tradução nossa).

Outros tentaram advogar pela inocência de Bismarck e uma maior culpa da França no processo. Autores como Carl Rudolf Lemieux (2009)[11], Sanford Kanter (1986), David Wetzel (WETZEL *apud* Lemieux, 2009; BECKER, 2008), Eberhard Kolb (*apud* HALPERIN, 1973), e A. J. P. Taylor (1955 *apud* WEBB, 1966) argumentam, por exemplo, que Bismarck não seria ingênuo o suficiente para fazer uma aposta tão grande quanto uma guerra para a sua anexação. A tendência dessa linha é colocar a

conotação positiva e negativa respectivamente. O nacionalismo civil, representado principalmente pela França, era símbolo da razão, cosmopolitismo e direitos civis. Já o nacionalismo étnico, representado pela Alemanha, seria vinculado à violência, autoritarismo e propensões belicistas. O grande problema dessas caracterizações é a generalização, pois suprimem franceses autoritários e alemães democráticos de sua narrativa, e possuem certo teor neorientalizante. Parece-nos que a historiografia da rivalidade entre esses dois países criou diversas dicotomias conceituais e analíticas, que dificultam a admissão de um contexto múltiplo e complexo. Ver BRUBAKER, Roger. Nacionalismo "cívico" e "etnico". Soc. e Cult., Goiânia, v. 20, n. 1, p. 295-312, jan./jun. 2017.

[10] É necessário salientar que Wawro também chega a colocar certa culpa em Napoleão III e sua necessidade de "ensinar aos prussianos uma lição" (tradução nossa). Porém, entendemos que, mesmo fazendo esse balanço entre as duas interpretações, Wawro pende mais para a culpabilização de Bismarck, principalmente na questão do trono espanhol. A visão de Wawro, em resumo, está mais ligada a uma pintura de Bismarck como um estrategista calculista e Napoleão III como um estadista em crise, com pouco controle sobre sua política nacional. Ver WAWRO, Geoffrey. The Franco–Prussian War: The German Conquest of France in 1870–1871 (Cambridge: Cambridge University Press, 2005), pág. 22.

[11] O texto de Lemieux faz o melhor balanço historiográfico sobre o tema encontrado até agora. É interessante notar que, mesmo tentando enxergar os dois lados, Lemieux ainda vê a França como a mais culpada pelo conflito no final das contas. Ver LEMIEUX, Carl Rudolf. *Guerre défensive provoquée ou duel pour la prépondérance ?* Mémoire de maîtrise, université de Montréal 2009.

culpa da guerra nas atitudes agressivas da França[12]. Mommsen, nesse sentido, foi um dos primeiros a argumentar nesse caminho, dizendo que "como eu acredito e acredita, se não me engano, quase toda a nação, que toda a França é responsável por esta guerra" causada principalmente pela "covardia diplomática [referindo-se, provavelmente, a Gramont e Napoleão III] como da aspiração de conquista!" (MOMMSEN, 1870, pág. 10, tradução nossa).

Vejamos, então, como um autor de cada corrente explica, por exemplo, o papel de Bismarck na indicação do Príncipe Leopoldo para o trono espanhol. O grande político por trás da nomeação do Príncipe, segundo Lemieux (2009), pode ser identificado mais com os espanhóis Eusébio Salazar e o Ministro da Guerra Juan Prim y Prats do que com Bismarck, em contramão da interpretação clássica da historiografia francesa. Salazar, nessa visão, planejou a indicação praticamente em segredo da França e Prússia durante os primeiros meses, tendo contato com Bismarck somente através de uma carta entregue em 27 de fevereiro de 1870, argumentando sobre as vantagens de um membro da família Hohenzollern no trono espanhol.

Somente a partir dessa carta, segundo Lemieux (2009), contrariando principalmente Josef Becker, é que o prussiano passou a ser favorável e advogar pela indicação de Leopoldo. Depois de algum tempo enviando diplomatas para a Espanha, que deveriam averiguar a chance de sucesso da indicação de Leopoldo, Bismarck conseguiu convencer o príncipe e o Rei das vantagens de um Hohenzollern no trono espanhol. Porém, até então ele não teria tido nenhum interesse ou mesmo sabido da possibilidade da indicação. Bismarck aparece, aqui, como um político que soube aproveitar as correntes diplomáticas, não como um tirano que as forjava por ele mesmo.

Webb (1966), por outro lado, olha quase para os mesmos fatos que Lemieux, mas vê nas lacunas oferecidas pela falta de informação um sinal da mão do primeiro-ministro prussiano. Como exemplo de argumento, o autor cita a ida aparentemente sem propósito do militar Friedrich von Bernhardi à Espanha ainda em 1869, que já tinha sido empregado tanto por Bismarck em missões passadas quanto por Moltke,

[12] Como pôde ser visto, as citações feitas acerca desta segunda tendência são, em partes, indiretas. Isso se dá, principalmente, pela dificuldade de acesso a algumas obras citadas por serem escritas em alemão. Reconhecemos que isso pode, em partes, enfraquecer o argumento central do texto.

com uma quantia de £50.000 em seu bolso. Para Webb, isso seria um indicador de que Bismarck agia também em segredo, mandando seus asseclas averiguar a situação longe dos olhos tanto da França quanto da sua própria nação. O líder prussiano aparece, aqui, como um maquinador sombrio, que mesmo em suas memórias não admitiu que tivesse sido o grande arquiteto da guerra.

Ainda falando de Bismarck, curioso ver como a historiografia tratou o despacho de Ems. Alguns pesquisadores (HALL, 2016; BECKER, 2008; WAWRO, 2003) enxergaram a edição do documento como um dos indícios mais sólidos que o prussiano desejou a guerra. Outros, como Lemieux (2009) e Jacques Droz (1984), preferiram interpretar que mesmo antes do documento ser editado, já haveria uma intenção clara de declarar a guerra por parte da França.

Porém, Bismarck não foi o único culpado ao longo da historiografia. O Duque de Grammont foi visto por muitos como o personagem principal, além de Bismarck, do estopim do conflito. A historiografia tradicional trata-o como o maior erro de Napoleão III (LEHAUTCOURT, 1921 *apud* LEMIEUX, 2009), e sua participação ativa na declaração de guerra serviu, por vezes, como uma forma de expiar os erros ora de personagens como o Chefe do Governo Émile Ollivier[13], ora da figura do próprio Imperador, que foram encarados muitas vezes como agentes quase passivos nesse processo (MURET, 1910).

Mesmo assim, Napoleão III também esteve no banco dos réus da historiografia. Alguns historiadores, como Lehautcour, chegaram a ressaltar o pouco interesse que Napoleão tinha nas questões políticas e que a nomeação de Grammont foi confirmada porque "(...) não importa quem concordará [em aceitar o cargo], pois estamos decididos a não fazer nada"[14] (LEHAUTCOURT, 1921 *apud* LEMIEUX, 2009, pág. 47, tradução nossa). Halperin (1973), por outro lado, afirma que exatamente a nomeação de Grammont foi um aviso do governo francês de que o próximo ano ia ser, se necessário, tumultuoso diplomaticamente.

[13] Nesse sentido, o próprio Émile Ollivier começou a publicar, em 1895, seu livro *l'empire libéral: études, récits, souvenirs*, que basicamente tentou tirar sua culpa da declaração de guerra e colocava-a em Bismarck. Ver HALPERIN, S. William. "The Origins of the Franco-Prussian War Revisited: Bismarck and the Hohenzollern Candidature for the Spanish Throne." Chicago: *The Journal of Modern History*, vol. 45, no. 1, 1973, pp. 83–91

[14] Tradução do autor.

Mommsen, ao comentar essa questão, advoga pela interpretação de que tanto Grammont quanto Napoleão III, e até mesmo a Imperatriz, nada mais eram do que "pobres fantoches" (MOMMSEN, 1871, pág. 13, tradução nossa). A culpa, por outro lado, recai sobre o povo francês, que ansiava a guerra há muito. Em suas palavras:

> Hoje, particularmente depois que o senhor de Gramont, contra cada regra cênica, fez preceder à tragédia da guerra a brutal e burlesca "declaração de guerra", muitos o responsabilizaram, não digo ele, pobre fantoche, mas o diretor desses fantoches. Eles descontam em Napoleão III não só pela escolha feliz do momento e pela concomitante amenidade dessa declaração, como é bem da razão, mas também pela própria guerra. Mas as verdadeiras e gigantescas proporções da terrível luta entre alemães e franceses estão diminuindo, e não tiveram como autor Napoleão Terceiro. Que a imensa responsabilidade não pode ser posta a um indivíduo, mesmo que autocrata. Para dizer a verdade, os alemães - e isso é perfeitamente perdoável - agora julgam o imperador não com a justeza com que educam seus soldados. Quem faz dele um Calígula e Nero, ou um incapaz liderado por sua esposa, *une médiocrité méconnue*, segundo o ditado espiritual daquele francês infeliz, que, enredado nas redes da obliquidade imperial, viu, quando tarde demais, o abismo que se abria sob ele, e em um momento de desespero fez-se sua primeira vítima (MOMMSEN, 1870, pág. 13, tradução nossa).

O culpado, para Mommsen, em uma interpretação deveras inovadora até para a historiografia contemporânea, não podia ser personificado em um ou dois personagens. Ao contrário, deveria ser creditada a toda vontade nacional francesa. Porém, só o fato que Mommsen chega a citar outros intelectuais que culpabilizam tanto Napoleão III quanto Grammont e a Imperatriz Eugênia mostra a capilaridade de tais opiniões na cena europeia, sustentando o argumento de que as principais linhas historiográficas já estavam presentes durante o conflito.

Esse ponto de Mommsen, culpando o povo francês pela guerra, nos leva a mais uma discussão importante na historiografia do conflito, que é centro de debates até hoje: qual foi a participação civil na guerra do lado francês? Quantos homens, aparentemente patrióticos, lutaram bravamente a partir de guerrilhas contra o invasor alemão? Mesmo que os estudos sobre esses grupos, que formavam pequenas milícias de resistência lideradas, principalmente, pelo italiano Gambetta, não tenham sido alvo de grandes pesquisas (SCIANNA, 2019), é interessante como já conseguimos encontrar certas tendências historiográficas bem delimitadas no campo.

Alguns autores, como Armel Dirou (2009), argumentam que a participação da França, principalmente na figura dos *franc-tireurs* (franco atiradores), tendeu a uma guerra total. Normalmente, vemos nessa interpretação uma tendência a afirmar que a política de *levée en masse* (recrutamento ou levante em massa) e a disposição dos *franc-tireurs* estendeu a duração da guerra. Normalmente vemos um uso político dessa linha de interpretação, exaltando a força patriótica dos soldados informais, que resistiram às duras ofensivas alemãs apenas pelo amor à pátria. Coulanges, inclusive, ressaltou esse espírito patriótico, quando diz que:

> A Alsácia, destituída de tropas, estava aberta aos alemães. Como ela os recebeu? Os camponeses alsacianos pegaram seus antigos rifles de pedra e suas picaretas para combater o estrangeiro. Muitos deles, não sendo capazes de suportar a presença do inimigo em suas aldeias, refugiaram-se nas montanhas e, no momento, ainda estão defendendo cada desfiladeiro e cada ravina (COULANGES, 1870, pág. 12, tradução nossa).

Outros autores, como Bastian Scianna (2019) e Sanford Kanter (1986), ressaltam que os franceses civis, principalmente no mundo rural, pouco se importaram com os invasores prussianos. Kanter, inclusive, ressalta que grande parte dos *partisans* desobedeceu a seus comandantes e até mesmo Napoleão III negociou secretamente um acordo para si mesmo, sem se importar com seu exército. Para essa linha mais moderna de interpretação, o mito da resistência francesa serviu como combustível para futuras rivalidades que logo despontaram em duas guerras mundiais.

Aliado com o mito heróico dos franceses, encontramos diversas vezes na historiografia seu vetor contrário: a brutalidade quase animal dos alemães. Parte das interpretações acerca da história alemã segue por uma linha que atualmente está sendo revista. A partir de uma leitura relativamente comum, alguns historiadores tentaram argumentar a favor do *Sonderweg*, ou "caminho separado", que tentou entender o que aconteceu na história alemã para surgir o Terceiro Reich. Mais especificamente, tais autores, representados principalmente por Fritz Fischer e Hans-Ulrich Wehler após a década de 60 e 70, procuraram mostrar desvios na modernização alemã durante o século XIX que levaram ao nazismo (EVERETT, 2015). Benjamin Madley (2005), por exemplo, tentou ver como as experiências

coloniais da Alemanha no Sudoeste Africano foram precursoras cruciais no imperialismo nazista e sua política genocida.

Essa leitura, que ressignificou a história alemã inteira à luz da Segunda Guerra, deu uma atenção especial à Guerra Franco-Prussiana. Muitos, como o próprio Armel Dirou (2009), utilizaram relatos pós-guerra dos *franc tireurs* como documentos comprobatórios das atrocidades alemãs. Nessa linha, os invasores do exército prussiano foram vistos como assassinos, destruidores de casas e, em diversos momentos, até mesmo torturadores. Coulanges, à época, chega a afirmar que:

> E esses soldados alemães, que lançaram bombas contra Estrasburgo, que miravam na catedral, que queimaram o *Temple-Neuf*, a biblioteca, as casas, o hospital, que, respeitando as muralhas e poupando a guarnição, não eram impiedosos apenas com os habitantes, diga francamente, com a mão no coração, se sentem seus compatriotas! (COULANGES, 1870, pág. 13, tradução nossa).

Atualmente, porém, temos uma quantidade crescente de trabalhos que tentam quebrar a lógica do Sonderweg (EVERETT, 2015). O já citado Bastian Scianna (2019), por exemplo, revê os números de capturados, mortos, feridos e de casas destruídas ao longo do conflito, e argumenta que percentualmente tais números não diferem tanto de outros combates entre nações europeias. Muito pelo contrário, as ações do exército prussiano foram muito mais passivas do que a opinião pública pintava e que a historiografia aceitou mais tarde, sem muita hesitação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se, portanto, que diversas tendências historiográficas contemporâneas, que vêm se tornando focos de debate recentemente, estavam já apresentadas na discussão política da época. Mommsen e Fustel, ao longo de sua argumentação, tentaram achar os culpados e as vítimas da guerra e grande parte dos trabalhos sobre o período ainda não saíram dessa lógica.

Ainda existem, é verdade, diversas lacunas no estudo da Guerra-Franco Prussiana, que inflamam a opinião dos historiadores até os dias de hoje. Felizmente, como mostrado ao longo do artigo, essa tendência inquisitorial e incriminatória da historiografia sobre o conflito está, aos poucos, sendo criticada.Tal análise pode

contribuir para as perspectivas que entendem a História e a historiografia como um produto intelectual perpassado pela subjetividade do sujeito histórico que as enuncia. Espera-se, também, que esse artigo seja proveitoso à comunidade brasileira, que carece de textos devidamente críticos de releitura da literatura acadêmica sobre o período.

Mais do que isso, abre-se, agora, uma oportunidade para futuras análises mais aprofundadas do debate de Coulanges e Mommsen. Na realidade, o presente artigo nada mais é do que o primeiro capítulo de uma monografia financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, que está sendo dividida em 4 partes.

A segunda parte focar-se-á, principalmente, em uma história do conceito de nação apresentado por Coulanges e Mommsen em suas cartas. O terceiro capítulo procurará entender como a tradição historiográfica dos dois personagens influenciou em sua argumentação política, tentando encontrar contradições ou coerências entre seus métodos históricos e seus nacionalismos. Por último, será feito o caminho inverso: em vez de entender como os historiadores lidaram com o nacionalismo, analisaremos como os nacionalistas usaram a história, a partir do caso do movimento de extrema direita Action Française e seu Círculo Fustel de Coulanges, já no século XX. Sendo assim, ainda há muito o que discutir, tanto sobre Coulanges e Mommsen, quanto sobre a Guerra Franco-Prussiana e, no limite, sobre a produção acadêmica de conhecimento acerca do passado.

REFERÊNCIAS

ABREU, M.; GOMES, A. C. A nova “Velha” República: um pouco de história e historiografia. Niterói: Revista Tempo UFF, volume 13, número 26, 2009.

BADSEY, S. The Franco-Prussian War 1870-1871. Essential Histories. OSPREY PUBLISHING, Oxford, 2003.

BECKER, Josef. “The Franco-Prussian Conflict of 1870 and Bismarck's Concept of a ‘Provoked Defensive War’: A Response to David Wetzel.” *Central European History*, vol. 41, no. 1, pp. 93–109, 2008.

CALDAS, Pedro Spinola Pereira. “Vista do Teoria e Prática da Metodologia da Pesquisa Histórica: Reflexões sobre uma Experiência Didática | Revista de Teoria da História | rth”, v. 3, n. 1, p. 6-19, 11. 2010.

CAMARGO, K. A. F. DE. Indícios de leitura e leitores da Revue e do Annuaire des Deux Mondes no Brasil na segunda metade do século XIX. Revista Graphos, v. 17, n. 1, p. 31-48, 25 jul. 2015.

CAPELATO, M H. Imprensa e História do Brasil. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da história; tradução de Maria de Lourdes Menezes;

Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

COOPER, S.E. Patriotic Pacifism: Waging War on War in Europe 1815-1914. New York: Oxford University Press, 1991.

COULANGES, Fustel. L'Alsace est-elle allemande ou française? Réponse à M. Mommsen, Professeur à Berlin. Paris: E. Dentu, 1870.

DARNTON, Robert. O grande massacre de gatos. Rio de Janeiro, Graal, 1986.

DROYSEN, J. G. Manual de Teoria da História. Tradução: Sara Baldus e Júlio Bentivoglio. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

EVERTT, Annie. "The Genesis of the Sonderweg." *International Social Science Review*, vol. 91, no. 2, 2015, pp. 1–42.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984 7.ed. A arqueologia do saber. Tradução de Luiz

Felipe Baeta Neves, -7ed. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

FUNARO, L. Elda. "L'ITALIA NELLA «REVUE DES DEUX MONDES» (1860-1915)." *Belfagor*, vol. 24, no. 3, pp. 350–356, 1969.

GADAMER, Hans-Georg. Verdade e Método. Traços fundamentais de uma

hermenêutica filosófica. Trad: Flávio Paulo Meurer. Editora Vozes: Rio de Janeiro,

1997

GARCÍA, Jorge Vilches. *Castelar y la República posible. El republicanismo del sexenio revolucionario, 1868-1874.* Revista de Estudios Políticos (99). pp. 133-159, 1998

HALL, T. H. *On Provocation: Outrage, International Relations, and the Franco–Prussian War. Security Studies, 26(1), 1–29,* 2016.

HALPERIN, S. William. "The Origins of the Franco-Prussian War Revisited: Bismarck and the Hohenzollern Candidature for the Spanish Throne." Chicago: *The Journal of Modern History*, vol. 45, no. 1, 1973, pp. 83–91

HARTOG, F. O século XIX e a história: o caso Fustel de Coulanges. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

HOFFMANN, S. The Nation, Nationalism, and After: The Case of France. THE TANNER LECTURES ON HUMAN VALUES . Princeton University, 1993.

HOWARD, Michel. The Franco-Prussian War: The German Invasion of France, 1870-1871. Routledge, Londres: 1990.

JURT, Joseph. Deux conceptions de la nation: le débat franco-allemand entre David Friedrich Strauss, Mommsen, Renan et Fustel de Coulanges en 1870-1871. In: Académie des sciences, Belles Lettres et Arts de Besançon et de Franche-Comté. Procès-Verbaux et Mémoires, vol. 203, 2017, p. 41-58.

KANTER, S. . *Exposing the Myth of the Franco—Prussian War. War & Society, 4(1), 13–30*, 1986.

KITCHEN, M. *História da Alemanha Moderna: de 1800 aos dias de hoje.* Editora Cultrix: São Paulo, 2013.

KOVACS, Arpad F. "French Military Institutions before the Franco-Prussian War." *The American Historical Review*, vol. 51, no. 2, 1946, pp. 217–235.

KOSELLECK, Reinhart. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 134·146.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 1993.

LEMIEUX, Carl Rudolf. *Guerre défensive provoquée ou duel pour la prépondérance ?* Mémoire de maîtrise, université de Montréal 2009.

MADLEY, B. (2005). *From Africa to Auschwitz: How German South West Africa Incubated Ideas and Methods Adopted and Developed by the Nazis in Eastern Europe. European History Quarterly, 35(3), 429–464.*

MARCEL, Émerit. L'opinion de Napoléon III sur la question du trône d'Espagne en 1869. In: Revue d'histoire moderne et contemporaine, tome 16 N°3, Juillet-septembre 1969. pp. 431-438;

MENDES, B. A representância do passado histórico em Paul Ricoeur: linguagem, narrativa, verdade . História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography, v. 8, n. 19, 3 jun. 2016.

MOMMSEN, Theodor. Agli Italiani: Florença, 1870.

MORONI, Andrea. **Alle origini del Corriere della sera:** da Eugenio Torelli Viollier a Luigi Albertini (1876-1900). Itália, FrancoAngeli, 2005.

MURET, Pierre. Émile Ollivier et le duc de Gramont les 12 et 13 juillet 1870 (1er article). In: *Revue d'histoire moderne et contemporaine*, tome 13 N°3,1909. pp. 305-328.

PITZ, Igor Berta A atuação do Exército Prussiano na Guerra Franco-Prussiana de 1870-71: a influência da auftragstaktik na vitória prussiana. DOUTRINA MILITAR TERRESTRE EM REVISTA: 2016, v. 4 n. 9, p. 50-61.

RENAN, E. O que é uma nação. Tradução de Glaydson José da Silva. Revista Aulas, Unicamp: Campinas, 2006.

ROLLEMBERG, Denise. Aos grandes homens a pátria reconhecida: os 'justos' no Panteão. IN: Angela de Castro Gomes (coord.). Direitos e cidadania: memória, política e cultura. Rio de Janeiro, FGV, 2007, p.45-63.

SCIANNA, Bastian Matteo. A predisposition to brutality? German practices against civilians and francs-tireurs during the Franco-Prussian war 1870–1871 and their relevance for the German 'military Sonderweg' debate. Small Wars & Insurgencies, 2019, P. 4-30

SILVA, Glaydson José da. Antiguidade, arqueologia e a França de Vichy: usos do passado. 2005. 263p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP.

SUTCLIFFE, Marcella Pellegrino. *Victorian Radicals and Italian Democrats*. NED-New edition. Boydell & Brewer, 2014.

WEBB, De B. C. "THE ORIGINS OF THE FRANCO-PRUSSIAN WAR: A RE-INTERPRETATION." *Theoria: A Journal of Social and Political Theory*, no. 27, 1966, pp. 9–20.

WAWRO, Geoffrey. The Franco–Prussian War: The German Conquest of France in 1870–1871 (Cambridge: Cambridge University Press, 2005)

Recebido em 06 de outubro de 2021.

Aprovado para publicação em 09 de junho de 2022.